

GOVERNO MUNICIPAL DE MARACANAÚ PROGRAMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Número de Atendimento: 2507056400100093301

Reclamante/Consumidor(a): DAYANE VIEIRA LIRA CHAVES, CNPJ/CPF: 027.278.433-80, Endereço: Rua Francisco Pereira Lopes - 679, CASA 07 - Luzardo Viana - Maracanaú - CE - 61910-075, Telefone: (85) 99746-0935, E-mail: daymeninafashion@gmail.com

Reclamado/Fornecedor: NU PAGAMENTOS S.A., CPF/CNPJ: 18.236.120/0001-58, Endereço: Rua Capote Valente - nº 39 - Pinheiros - São Paulo - SP - 05409-000.

Ao(s) 01 de Setembro de 2025 às 10h30 na sala de audiência do Procon Municipal de Maracanaú, situada na Rua 4 - Nº 370 - Jereissati I - Maracanaú - CE - 61900-350, perante o(a) conciliador(a) LUANA DE SOUZA RODRIGUES, compareceram o(a) Consumidor(a) Sr(a). DAYANE VIEIRA LIRA CHAVES, inscrito no CPF sob nº 027.278.433-80 e o(s) Fornecedor(es) NU PAGAMENTOS S.A., inscrito no CNPJ sob nº 18.236.120/0001-58, representado pelo(a) Sr(a) Iramar Alves da Silva, inscrito no CPF sob nº 017.756.833-03.

Dada a palavra ao(a) preposto(a) do fornecedor reclamado NU PAGAMENTOS S.A., o(a) Sr(a). Iramar Alves da Silva, este reitera os termos da defesa e informamos que as transações citadas foram realizadas com a aprovação da senha pessoal e intransferível de 4 dígitos, com a concordância e ciência da consumidora. Esclarecemos que no dia 28/07/2025 às 17:13, após contato da consumidora informando o ocorrido, entramos em contato com a instituição de destino da movimentação via MED (Mecanismo Especial de Devolução) solicitando que fosse analisada a possibilidade de bloqueio e devolução do valor reportado. No dia 28/07/2025, fomos comunicados pela instituição de destino dos valores que a conta recebedora não possuía saldo disponível para que os valores fossem devolvidos, assim não seria possível a devolução ou estorno. Quando uma transação é realizada mediante inserção da senha de 4 dígitos, pessoal e intransferível, ficamos impossibilitados de abrir contestação na função crédito, débito, saque, TED, PIX ou pagamento de boleto, uma vez que a aprovação dessa forma implica ciência da transação. E, após a confirmação da senha, não conseguimos cancelar uma transferência ou pagamento, pois o envio dos valores é feito em tempo real, podendo ser utilizado em saques, transações no débito e em transferências para outros bancos. Com isso, ante as considerações e argumentos, conclui-se que não houve qualquer infração por parte do Nubank, devendo a presente reclamação ser arquivada. Por fim, requer que as publicações sejam realizadas exclusivamente em nome do Dr. Gustavo Viseu, OAB/SP 117.417.

Dada a palavra ao(a) consumidor(a) reclamante, o(a) Sr(a). DAYANE VIEIRA LIRA CHAVES, esta reitera os termos da defesa apresentada na inicial.

A audiência LOGROU ÊXITO, pois tanto o(a) Consumidor(a) quanto o(s) Fornecedor(es) fizeram-se presentes a esta audiência de conciliação.

Neste ato, o(a) representante do Fornecedor apresentou os devidos esclarecimentos a respeito da demanda apresentada pelo(a) Consumidor(a), porém, não ofertou uma proposta de acordo para o(a) Consumidor(a), contudo, realizou ainda, a juntada dos sequintes documentos: carta de preposto, defesa administrativa, atos constitutivos e procuração.

O Consumidor(a) por sua vez, manifestou, junto à reclamada, o desejo de cancelar o empréstimo. No entanto, foi informada pelo preposto de que, no momento, não seria possível realizar o cancelamento, pois, para o banco, a transação foi efetuada em conformidade com as normas vigentes. Esta por sua vez recorrerá ao poder judiario.

Dito isto, e RESTANDO INFRUTÍFERA a tentativa de acordo entre as partes presentes a esta audiência de conciliação, encaminho a presente reclamação ao Setor Jurídico para análise, determinação e demais atos que entender necessários.

Cumpre destacar que este órgão poderá apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão no Cadastro de Reclamações Fundamentadas, nos termos do art. 44 da Lei nº 8.078/90, prosseguindo o trâmite da presente reclamação, nos termos dos artigos 45, 46 e 47 do Decreto 2.181/97.



Nada mais para constar no momento, vai assinado pelo(a) conciliador(a), pelo(a) consumidor(a) e pelo(s) fornecedor(es).

Maracanaú, 01 de Setembro de 2025.

LUANA DE SOUZA RODRIGUES (Conciliador(a))

DAYANE VIEIRA LIRA CHAVES (Consumidor(a))

PRESENÇA VIRTUAL IRAMAR ALVES DA SILVA (Preposto(a)) NU PAGAMENTOS S.A. (Fornecedor)

